MULHERES

DA PESCA ARTESANAL E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA:

Impactos e estratégias de enfrentamentos nos territórios tradicionais pesqueiros

Documento elaborado a partir das Plenárias Regionais e Livres, da Plataforma Brasil Participativo e da Plenária Nacional do ***1º Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA)***

POVOS DA PESCA ARTESANAL

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

GOVERNO DO BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Geraldo Alckmin

MINISTRO DA PESCA E AQUICULTURA
André Carlos Alves de Paula Filho

SECRETÁRIO NACIONAL DE PESCA ARTESANAL
Cristiano Wellington Noberto Ramalho

EQUIPE DA SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL
Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento
Cristiano Quaresma

Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Continental
Bianca Larissa de Mesquita Sousa

Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha
Adayse Bossolani da Guarda

Coordenadora-Geral de Territórios Pesqueiros e Integração de Políticas Públicas
Suana Medeiros Silva

Coordenadora de Gestão Pesqueira
Erica Pereira da Silva

Diretor do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovação
Diogo Martins
Coordenadora-Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira
Ornela Fortes de Melo

Coordenador-Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação
Quêner Chaves dos Santos

Coordenadora de Inclusão Socioprodutiva
Millena Ayla da Mata Dias

COORDENAÇÃO DO PLANO NACIONAL DA PESCA ARTESANAL
Suana Medeiros Silva

COORDENAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DA PESCA ARTESANAL
Ajax Santos Tavares
Ana Flávia Sallai Pinto
Raquel de Sousa Silva
Suana Medeiros Silva
Ornela Fortes de Melo

REDAÇÃO
Suana Medeiros Silva
André Lucas Maia de Brito
Cristiano Wellington Noberto Ramalho

DIAGRAMAÇÃO
Assessoria Especial de Comunicação - ASCOM/MPA





SUMÁRIO

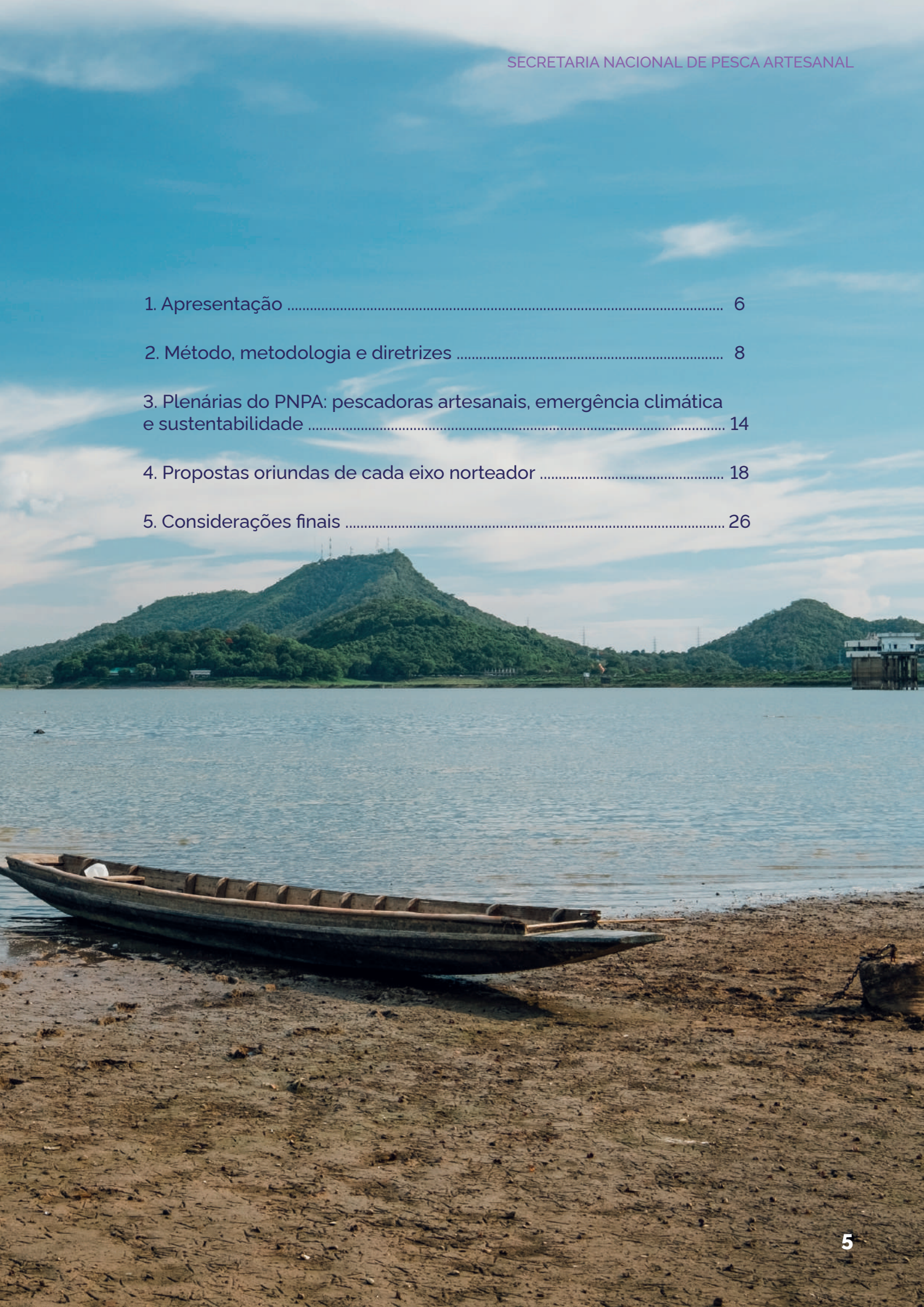
1. Apresentação 6

2. Método, metodologia e diretrizes 8

3. Plenárias do PNPA: pescadoras artesanais, emergência climática e sustentabilidade 14

4. Propostas oriundas de cada eixo norteador 18

5. Considerações finais 26





1. APRESENTAÇÃO

Os destinos das mulheres da pesca artesanal e os territórios pesqueiros e biomas onde vivem, se pertencem mutuamente. São partes vivas de uma totalidade em pleno movimento: o mundo dos povos da pesca artesanal e suas ricas dimensões (sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais), se unem num movimento constante, como as marés que nunca param. As pescadoras são o seu coração pulsante, que se enche e vaza, para voltar a encher-se sempre de possibilidades transformadoras. São guardiãs de conhecimentos ancestrais, de cheiros, sons e sabores, da sustentabilidade e do respeito entre o ser humano e a natureza.

E por esses destinos que se pertencem, passam também os destinos do nosso País enquanto um lugar melhor, sem desigualdade, verdadeiramente sustentável e com justiça climática – o que só será possível com o reconhecimento do papel central das mulheres pescadoras artesanais nessa construção. Porque o futuro das águas (continentais, costeiras, marinhas, estuarinas), dos biomas e das suas respectivas regiões e o futuro do Brasil caminham juntos, conduzidos pela força delas, que mantêm viva a alma da pesca artesanal e o desejo permanente de um mundo melhor para suas comunidades, famílias, filhas e filhos, e para a sociedade como um todo.

Nunca é demais registrar que as pescadoras artesanais (em suas plurais autoclassificações) estão presentes em todos os 6 biomas brasileiros (Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal), vivendo, portanto, no (e do) litoral, estuários e manguezais e em ambientes de água doce, como rios, igarapés, barragens, lagos e lagoas. Seus trabalhos são vitais não apenas para elas, mas para suas famílias, para as economias (local, regional e nacional) e para a segurança alimentar e nutricional, bem como para a conservação dos biomas nacionais.

São os povos da pesca artesanal, especialmente as mulheres das águas, os que mais têm sentido o peso negativo do cenário contemporâneo de emergências, de crises climáticas, cujo efeito negativo – de secas e enchentes extremas, de norte a sul – bloqueia, em muitas situações, a reprodução de suas existências, de seus modos de vida e da própria biodiversidade, revelando processos de racismo ambiental.

Por isso, não há justiça climática sem justiça socioambiental que inclua decisivamente as mulheres pescadoras artesanais – em suas mais distintas expressões (marisqueiras, caiçaras, extrativistas, quilombolas, indígenas, pantaneiras, vazanteiras, ribeirinhas, por exemplo) – como construtoras de respostas comuns (poderes públicos e sociedade) para que possamos lidar com o quadro de mudanças e, principalmente, de emergência climática.

Dessa maneira, o presente documento reúne propostas construídas coletivamente pelas comunidades pesqueiras artesanais do Brasil, oriundas de todos os biomas, com foco nas intersecções entre gênero, emergência climática e sustentabilidade. Organizado aqui de maneira sintética pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o resultado dessa construção, protagonizada por mulheres pescadoras, dentre as quais marisqueiras, no âmbito de elaboração do 1º Plano Nacional Nacional da Pesca Artesanal (PNPA), reflete as demandas e propostas dos seus territórios e comunidades, frente ao desafio de encontrar estratégias de enfrentamento a essa realidade global: o atual quadro de mudanças e emergências climáticas.



2. MÉTODO, METODOLOGIA E DIRETRIZES

*O **1º Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA)** é fruto da participação ativa de pescadoras e pescadores artesanais, pesquisadoras e pesquisadores, gestoras e gestores públicos, além de organizações sociais envolvidas com a pesca artesanal (grupos de apoio, movimentos sociais e entidades representativas). Seu foco é a defesa, preservação, desenvolvimento e promoção da pesca artesanal das diversas comunidades pesqueiras artesanais do País, em suas múltiplas dimensões (social, econômica, cultural, ambiental e institucional), considerando como um dos seus princípios centrais a importância das mulheres pescadoras artesanais em todo processo de escuta e elaboração conjunta das propostas.*

Assim, o 1º. PNPA é, além de tudo, uma conquista das organizações sociopolíticas da pesca artesanal, que fazem parte do Fórum Nacional da Pesca Artesanal (FNPA)[1], e, principalmente, das comunidades pesqueiras artesanais brasileiras, com ênfase nas mulheres pescadoras artesanais. É uma vitória da democracia, da capacidade de planejar participativamente e um gesto concreto do Governo do Presidente Lula, através da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em favor daquelas e daqueles que vivem das águas costeiras, litorâneas, continentais, sendo guardiãs e guardiões, artífices de um valioso patrimônio sociocultural e econômico do próprio povo brasileiro.

E como ocorreu o processo de construção das propostas para a consolidação do PNPA?

Ele foi composto de 7 Plenárias Regionais, 3 Plenárias Livres, 1 Consulta Pública na Plataforma Brasil Participativo e 1 Plenária Nacional (a final). Iniciadas em 2024 e finalizadas em 2025, as Plenárias Regionais foram realizadas em 7 momentos:

1. **Plenária Sudeste**, *composta pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, realizada na cidade de Vitória no estado do Espírito Santo, no período de 09 a 11 de novembro de 2024;*

2. **Plenária Centro-Oeste**, *composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, realizada na cidade de Campo Grande no Estado do Mato Grosso, no período de 30 de outubro a 01 de novembro de 2024;*

3. **Plenária Nordeste 1**, *composta pelos estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte, realizada no período de 27 a 29 de novembro de 2024, na cidade de Fortaleza no estado do Ceará;*

4. **Plenária Nordeste 2**, *composta pelos estados de Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, realizada no período de 11 a 13 de dezembro de 2024 na cidade de Salvador estado da Bahia;*

1 O Fórum Nacional da Pesca Artesanal (FNPA) foi instituído pela Portaria do MPA n. 269, de 11 de julho de 2024, com "a finalidade de ampliar o espaço de participação social das pescadoras e dos pescadores artesanais no Ministério da Pesca e Aquicultura", através da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA). Ele, o Fórum, tem como um de seus objetivos delineado no Art. 2º, inciso I: "acompanhar e monitorar o processo de elaboração e implementação do Plano Nacional da Pesca Artesanal, contribuindo com sugestões, análises e mobilizações para a sua construção e execução de forma participativa e inclusiva". O FNPA é formado pelas mais importantes organizações sociopolíticas da pesca artesanal do País (Confederações, Movimentos Sociais, outras), respeitando, além das questões nacionais, características de atuação regionais. Grupos de apoio à pesca artesanal e de pesquisa também fazem parte do FNPA.

5. **Plenária Norte 1**, *composta pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, realizada no período de 10 a 12 de fevereiro de 2025 na cidade de Manaus estado do Amazonas;*

6. **Plenária Norte 2**, *composta pelos estados do Amapá, Pará e Tocantins, realizada no período de 12 a 14 de março de 2025 na cidade de Belém, estado do Pará;*

7. **Plenária Sul**, *composta pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina realizada no período de 09 a 11 de abril de 2025, na cidade de Florianópolis, estado do Santa Catarina.*

No que diz respeito à Plenária Nacional, a mesma aconteceu de 4 a 6 de setembro de 2025, em Brasília, DF, com a presença de mais de 130 delegadas e delegados eleitos nas Plenárias Regionais e Livres (estas ocorreram de março a junho de 2025 e elegeram cerca de 20 delegadas/os). Além disso, a Plenária Nacional também contou com a participação de 14 delegadas/os indígenas, representantes de associações de pescadoras/es indígenas de todo o país, a convite da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal e do Fórum Nacional da Pesca Artesanal, com o objetivo de ampliar o debate em torno das demandas específicas desses povos para a pesca artesanal.



Foto: Felipe Araújo / SNPA-MPA (8/9/2025)

Ao longo de todo o processo de construção (das Plenárias Regionais e Nacional), foram mais cerca de 650 vozes participantes, cujas mulheres formaram cerca de 50% e expressaram as suas necessidades socioambientais e, com isso, problemas e soluções também ligados a todos os biomas brasileiros. Em sua maioria, as pescadoras e os pescadores artesanais que participaram das Plenárias, são pessoas negras (pretas e pardas).

No que concerne à Plataforma Brasil Participativo, a consulta deu-se no decorrer do mês de maio de 2025.

Vale registrar que a definição por Plenárias Regionais, locais, composição dos estados e dos Eixos Norteadores foram amplamente discutidos, aprovados e encaminhados, através de inúmeras reuniões do Fórum Nacional da Pesca Artesanal (FNPA), bem como o Regimento das Plenárias do PNPA (Regional e Final).

Com isso, a participação social, por meio das Plenárias Regionais e Nacional, respeitou as características locais e regionais e a pluralidade dos povos da pesca artesanal do nosso País (jangadeiros; marisqueiras; vazanteiras; caiçaras; extrativistas; açorianas; ribeirinhas; juventude pesqueira; pescadoras e pescadores quilombolas; pescadoras e pescadores indígenas; as demais formas tradicionais de definição do que é ser pescadora e pescador artesanal, inclusive a auto-

classificação)[2]*, os quais estão vinculados a todos os biomas já mencionados aqui.*

O 1º PNPA adotou um conjunto de princípios, objetivos e diretrizes vinculados ao Programa Povos da Pesca Artesanal (Decreto Presidencial, n. 11.626, de 2 de agosto de 2023 – este é o primeiro programa da história do País direcionado especificamente às comunidades pesqueiras artesanais), bem como orientará as ações do próprio Programa Povos da Pesca Artesanal, a partir da sua consolidação/finalização, cuja valorização e promoção das mulheres pescadoras assume papel estruturante (essas ações são coordena-

2 Dessa maneira, a distribuição das(os) participantes das Plenárias Regionais tomou como referência os seguintes critérios: a proporcionalidade de pescadores e pescadoras artesanais, de acordo com o Registro Geral da Pesca (RGP) por estado, tipos e ambientes de pesca (os biomas aí inclusos), paridade de gênero, questão de raça/etnia (a partir das singularidades regionais apontadas no último censo do IBGE), participação da juventude (consideramos jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude, Lei n. 12.852), buscando, através dessa combinação e das possibilidades objetivas de recursos orçamentários vinculados à SNPA/MPA, estabelecer a metodologia mais adequada para os debates, número de participantes, quantidade de delegadas e delegados eleitos, dentre outras questões relevantes e que constam (tudo isso) no Regimento das Plenárias do 1º. Plano Nacional da Pesca Artesanal. As inscrições, para participar das Plenárias do 1º. PNPA, foram realizadas pela internet – via página do MPA - e divulgadas em várias redes sociais, usando, inclusive o whatsapp. Para sua divulgação contou-se, também, com o apoio das(os) integrantes do próprio FNPA, especialmente todos os grupos/organizações que o compõem. Tais inscrições, de cada Plenária Regional, foram também prorrogadas para permitir maior número de inscritos. A Seleção das(os) Participantes, particularmente das pescadoras e pescadores artesanais, respeitou o cruzamento dos critérios mencionados anteriormente, a saber, com base no formulário on line de inscrição, que foi preenchido pela(o) candidata(o) a participar do prazo de inscrições estabelecidos para cada Plenária Regional, pode-se realizar o cruzamento das informações via software, dos dados exigidos pelos critérios previamente estabelecidos pelo Fórum Nacional da Pesca Artesanal (PNPA). Além disso, após o resultado desse cruzamento feito eletronicamente, o FNPA, a partir de sua coordenação eleita, em conjunto com a SNPA, analisavam o resultado dos cruzamentos, para ver se não existiam incongruências a partir dos critérios, e divulgavam, em seguida, a lista final das(os) participantes selecionadas(os), com lista de espera. E isso ocorreu, esse método de seleção, ocorreu com os demais grupos de participantes, isto é, os critérios para seleção das(os) Pesquisadoras(es) - respeitaram áreas de conhecimento, região, questão de gênero e composição étnico-racial – e Gestoras/es públicos e Grupos de Apoio à Pesca Artesanal/Sociedade Civil Organizada – atenderam e respeitaram questão de gênero e composição étnico-racial.



Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil (2/8/2023)

das pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, SNPA, do Ministério da Pesca e Aquicultura, MPA).

Ademais, incorporou as Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), aprovada em 2014 e que é adotada por 143 países, inclusive o Brasil (todavia, somente agora um documento oficial firmará essa questão).

Tudo que envolveu o 1º. Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA) teve na participação social[3] e na valorização das mulheres pescadoras artesanais seus elementos chaves e decisivos em termos metodológicos e fundamentos técnico-políticos, o que faz com que este Plano seja um compromisso de Estado (e não de apenas governos) com as mulheres e os homens das águas, as pescadoras em larga medida, e, dessa maneira, um marco legal/institucional do fortalecimento da democracia voltado ao combate das diversas formas de desigualdades sociais (as de gênero e étnico-raciais, por exemplo), que atingem o universo das comunidades pesqueiras artesanais do Brasil.

As discussões e elaborações de propostas, para o PNPA, deram-se com base em 7 Eixos Norteadores, os quais foram amplamente discutidos e aprovados no âmbito do Fórum Nacional da Pesca Artesanal (FNPA), a saber: 1) Economia da sociobiodiversidade pesqueira artesanal – Produção, comercialização e consumo; 2) Diálogos de saberes: geração de conhecimento, assistência técnica e extensão pesqueira, formação e comunicação; 3) Gestão, ordenamento, uso sustentável e conservação dos recursos e territórios pesqueiros; 4) Direito aos territórios e conflitos territoriais; 5) Cultura e identidade; 6) Saúde, assistência e previdência para comunidades pesqueiras artesanais; e 7) Emergência climática e pesca artesanal.

Tomou-se como premissa fundante de todos os referidos Eixos: a questão das mulheres pescadoras artesanais e dos territórios pesqueiros artesanais (o quadro de emergência climática aí contido). Esses Eixos Norteadores compuseram um Documento Base para alimentar os debates das Plenárias Regionais, cuja formulação foi efetivada a partir de muitas mãos, contando com a contribuição de pescadoras e pescadores artesanais, lideranças de organizações da pesca artesanal, ativistas, pesquisadoras/es, gestoras/es e integrantes da SNPA/MPA. Tal Documento Base foi essencial para o processo de construção, visto que traduziu elementos estruturais e conjunturais centrais para os povos da pesca artesanal.

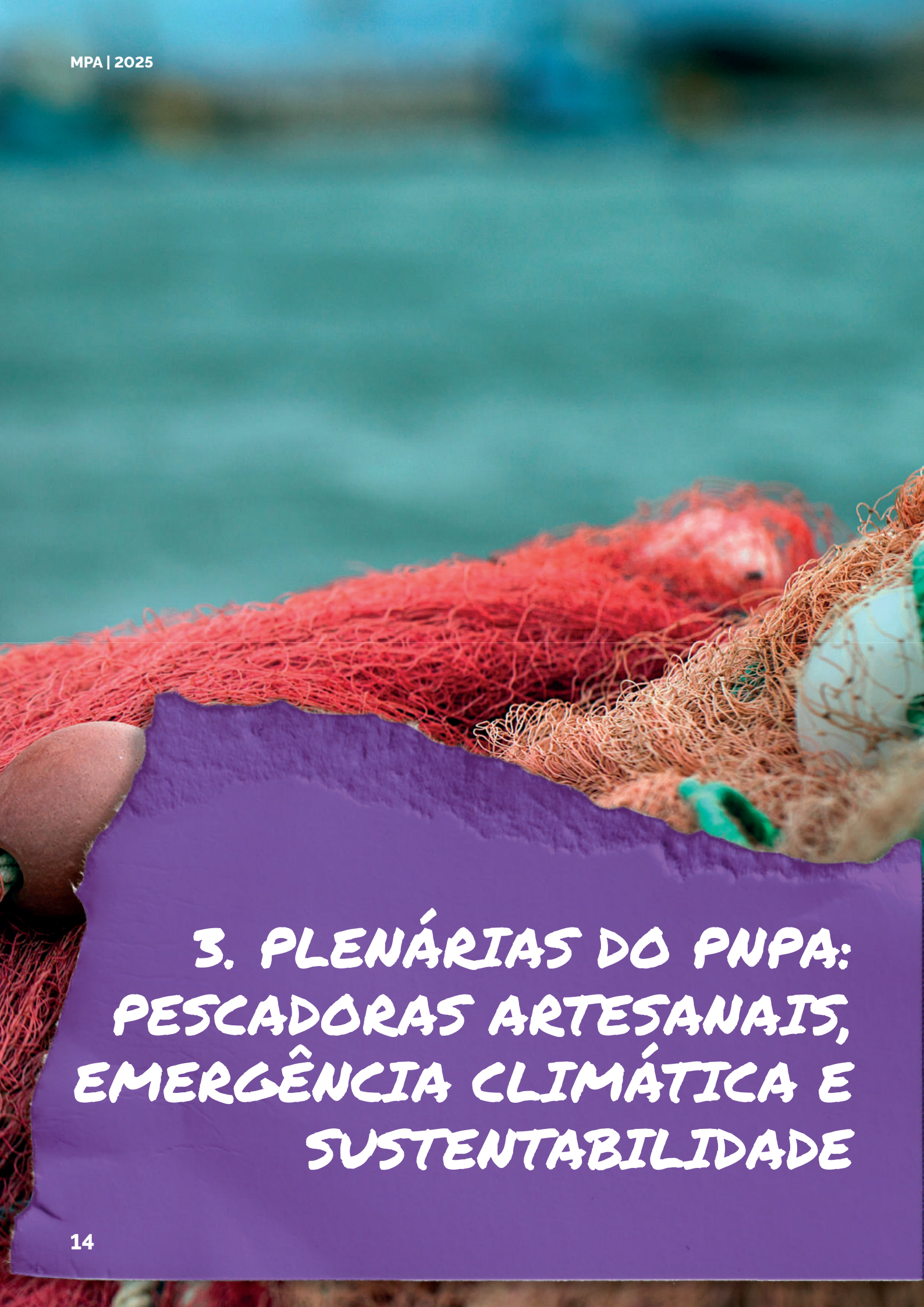
As propostas elaboradas e aprovadas nas Plenárias (Regionais e Nacional) refletem demandas, desafios e estratégias oriundas da diversidade dos territórios tradicionais pesqueiros do Brasil e dos seus biomas, bem como expressam, em larga medida, as vozes das mulheres da pesca artesanal, apontando para uma política nacional que olhe para os seus territórios e para os impactos que eles sofrem, fundamentalmente vinculados ao atual contexto de mudanças e emergências climáticas. Enfrentar isso, para elas, é também superar o contexto de racismo ambiental, que é uma marca estruturante da história e da sociedade brasileira.



3 O Governo Lula entende, além de outros aspectos valiosos, que a participação social é investimento. Dessa maneira, a SNPA/MPA investiu para que todas(os) participantes – do translado, hospedagem, alimentação, outros – e as(os) delegadas(os) eleitas(os), em cada plenária regional e nacional, pudessem estar presentes em cada Plenária (Regional e Nacional). Mesmo no caso das delegadas e delegados eleitos nas Plenárias Livres, foram custeados pela SNPA/MPA.



Fotos: Felipe Araújo / SNPA-MPA (8/9/2025)



3. PLENÁRIAS DO PNPA: PESCADORAS ARTESANAIS, EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E SUSTENTABILIDADE

As mulheres da pesca artesanal desempenham um papel fundamental e histórico na segurança alimentar, na conservação da natureza e na preservação dos saberes tradicionais, bem como na utilização e gestão sustentável dos recursos pesqueiros. Segundo dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SISRGP (MPA, 2025), há 1.925.743 registros de pescadoras e pescadores ativos no Brasil, dos quais 966.097 são de mulheres – o que corresponde a 50,17% do total, estando presente em todos os biomas brasileiros, em todos os recursos naturais aquáticos, em maior e/ou menor grau. É oportuno frisar que mais de 80% delas moram no Nordeste, principalmente, e Norte do Brasil.

Além disso, a juventude pesqueira artesanal brasileira é feminina, ou seja, cerca de 18% do universo geral são de jovens que pescam artesanalmente em nosso País com RGP. Dentro desse número, as jovens mulheres pescadoras são a maioria, chegando a ser por volta de 55% do total dessa juventude, onde o Nordeste responde por mais de 62% dessa realidade. Nesse sentido, a pesca artesanal brasileira, em seu conjunto, é nordestina e nortista, e a juventude pesqueira artesanal é eminentemente feminina e nordestina.

São as mulheres pescadoras artesanais, em muitas localidades, as principais lideranças sociopolíticas e as que trazem, com maior ênfase em suas falas e demandas, a defesa e a promoção dos territórios, as preocupações em relação às mudanças climáticas, à sustentabilidade e à saúde. Aliás, todos esses temas, para elas, conectam-se e alimentam-se, seja nas dificuldades encontradas, sejas nas soluções apontadas, que devem ser traduzidas por meio de políticas públicas.

A partir dos resultados oriundos de todas as Plenárias (Regionais, Livres e Nacional), ficou ainda mais evidente que os territórios tradicionais pesqueiros, de todo o Brasil, são diretamente impactados pela emergência climática, independentemente do bioma, tipos de pescaria, região. Nessas realidades, as mulheres da pesca artesanal são as mais afetadas, sofrendo um aumento significativo do grau de vulnerabilidade social, em decorrência das questões de gênero preexistentes – relativas à divisão sexual do trabalho e ao não reconhecimento dos seus direitos trabalhistas –, e das alterações geradas em seus ambientes de pesca. Quando comparada aos pescadores artesanais, suas sociabilidades e suas formas de trabalho, são as pescadoras artesanais que sentem, de maneira mais imediata, em decorrências das próprias características de seu saber-fazer (imersas nas águas, inseridas nas lamas dos manguezais, vinculadas aos fluxos das marés e estando mais ligadas às regiões costeiras e continentais), os impactos oriundos da falta de saneamento, da poluição industrial, dos desmatamentos dos biomas e, hoje, das mudanças e emergência climática na vida de suas comunidades e nas próprias dinâmicas ecológicas.

Mudanças dos ciclos de chegada e de reprodução das safras de pescados, aquecimentos das águas, graves secas e enchentes, mudanças aceleradas nos biomas, no ambiente, diminuição da biodiversidade, desaparecimentos ou reduções de espécies são fortes indicadores conhecidos pelas pescadoras artesanais, pelos povos da pesca artesanal.

De fato, as mudanças climáticas influenciam nas marés e nas ressacas, nas migrações dos pescados e nas suas reproduções biológicas, e na ocorrência de fortes chuvas e enchentes, bem como nas estiagens severas, a exemplo das recentes

enchentes do estado do Rio Grande do Sul e da grande seca na região Norte.

Os referidos impactos, nos territórios tradicionais pesqueiros e nos biomas dos quais integram, apresentam-se como um grande desafio para essas mulheres, que tem a pesca artesanal como fonte de renda e de reprodução da vida familiar e comunitária. Seus impactos vão além do que pode ser visível, mensurável, visto que afeta negativamente a saúde física e, em larga medida mental, das pescadoras artesanais. Quadro de sofrimento, adoecimento, precarizações objetivas e subjetivas existem e se impõem como presentes no cotidiano dos povos da pesca artesanal, no dia a dia das mulheres das águas, sendo, agora, receios e medos de que novas enchentes e/ou secas aconteçam e devastem suas comunidades e a natureza de que tanto precisam para viver, provocando mortes de seus entes queridos. Isso não está dissociado da presença histórica do racismo ambiental no Brasil.

Ao mesmo tempo em que são as mais afetadas, elas também lideram várias formas e estratégias de enfrentamento e resistência, diante dessa realidade. Nesse sentido, as propostas que seguem abaixo, resultam de acúmulos históricos de conhecimentos, pertencimentos, trabalho e reflexões políticas das mulheres da pesca artesanal, que emergem em um momento de urgente necessidade de pensar caminhos, instrumentos e ações de fortalecimento da atividade e dos seus territórios tradicionais, frente ao quadro de mudanças e emergências climáticas.

Elas, as pescadoras artesanais, sabem que os seus destinos e os das suas comunidades das águas dependem da boa saúde da natureza, do equilíbrio ecológico de seus biomas e da necessidade de construção participativa de políticas públicas com base em estratégias de mitigação e adaptação para lidarem com as mudanças e a emergência climática.

Apresentamos, portanto, as propostas das pescadoras (dentre as quais marisqueiras) para o PNPA no âmbito dos 7 Eixos, ressaltando que, do Eixo 1 ao 6, são voltadas para o fortalecimento dos territórios, dos direitos, da cultura, da educação, do trabalho, da produção e comercialização, entendendo que esse fortalecimento é uma das principais estratégias para mitigação e adaptação em relação ao quadro de emergência climática. Ou seja, os aludidos 6 Eixos, como já foi apontado, entrecruzam a temática das mulheres, das emergências climáticas e da sustentabilidade.

*Além disso, apresentamos as propostas oriundas do **Eixo 7 – Emergência climática e pesca artesanal**, que, como seu próprio título aponta, tratam sobre questões e necessidades específicas e urgentes relacionadas a esse fenômeno socioambiental.*

Mais uma vez, é oportuno ressaltar que, embora ocorra uma separação para conferir maior didatismo na apresentação dos resultados de cada Eixo Norteador, eles guardam profundas conexões entre si, especialmente por ter temas que os articularam, a exemplo da valorização das mulheres pescadoras artesanais, dos seus territórios e das questões ambientais (as mudanças e emergências climáticas como elos presentes).

Fortalecer, apoiar e promover o Programa Povos da Pesca Artesanal, também a partir do que as propostas do Plano Nacional da Pesca Artesanal sugeriram, foi frisado como algo urgente e necessário a ser feito pelo Governo Federal.

Ademais, o recorte feito apoia-se, para dar maior força e qualidade, nas vozes femininas das águas. São vozes dos biomas brasileiros também. Mesmo reconhecendo as particularidades que cercam as dinâmicas socioambientais de cada lugar e/ou região, o interessante a ser observado é que as pescadoras artesanais, na Plenária Nacional (Final), fizeram – sem desrespeitar as singularidades locais e regionais – propostas articuladoras e universalizantes, revelando a capacidade que essas mulheres têm de identificar problemas e desafios comuns a serem superados e que, apesar das especificidades, repercutem, de maneira muito similar, em suas comunidades pesqueiras artesanais. Elas compreendem que fragmentar políticas públicas não é saída, diante das mudanças e da emergência climática.





4. PROPOSTAS ORIUNDAS DE CADA EIXO NORTEADOR

EIXO 1 – ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE PESQUEIRA

Valorização Econômica do Trabalho das Mulheres

- *Investir financeiramente e visibilizar a produção das mulheres pescadoras artesanais, incentivando, promovendo e divulgando a gastronomia das águas;*
- *Capacitar mulheres em agregação de valor para transformação de produtos pesqueiros, através de técnicas de beneficiamento e inserção em mercados diferenciados;*
- *Incentivar a agregação de valor aos produtos processados pelas mulheres pescadoras, por meio de programas de qualificação em técnicas de beneficiamento, marketing e certificação de qualidade, melhorando a remuneração e o reconhecimento econômico.*

Comercialização e Acesso a Mercados

- *Criar e incentivar feiras e pontos de comercialização exclusivos para produtos processados por mulheres, fortalecendo a economia local;*
- *Desenvolver aplicativos e plataformas digitais que permitam às mulheres promoverem seus produtos, facilitando comercialização direta e aumentando visibilidade de seus trabalhos.*

Infraestrutura e Condições de Trabalho

- *Investir na melhoria dos espaços físicos de trabalho – modernizar e legalizar os "fundos de quintal" e frigoríficos -, garantindo condições ergonômicas, segurança e higiene;*
- *Oferecer incentivos e subsídios para aquisição de ferramentas, equipamentos de proteção individual (EPIs) e uniformes adequados para as mulheres pescadoras;*
- *Renovar e adequar a frota pesqueira considerando as necessidades específicas das pescadoras artesanais.*

Formação e Capacitação

- *Promover cursos voltados para mulheres e jovens, incentivando permanência na atividade pesqueira artesanal com financiamento de projetos.*
- *Implantar programas de formação técnica e empreendedora para mulheres com foco em gestão de recursos, inovação sustentável e desenvolvimento de produtos derivados da pesca.*
- *Incentivar cooperativas e políticas públicas em parceria com entidades representativas, beneficiando especialmente mulheres pescadoras.*

EIXO 2 – DIÁLOGOS DE SABERES E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Reconhecimento dos Direitos

- *Fortalecer a igualdade de gênero através da revogação das medidas provisórias 8.425 e 8.424/2015, retomando direitos das marisqueiras beneficiadoras do pescado e confeccionadoras de redes;*
- *Promover políticas públicas de reconhecimento, visibilidade e valorização do trabalho das mulheres pescadoras (a exemplo das marisqueiras) com ações voltadas à saúde ocupacional e previdência social.*

Valorização dos Saberes Tradicionais Femininos

- *Criar repositório digital para coletar, documentar e valorizar práticas, histórias e técnicas tradicionais das mulheres pesqueiras e marisqueiras;*
- *Incentivar projetos de pesquisa sobre a contribuição feminina na pesca artesanal, incluindo transmissão de saberes sobre gestão, plantas medicinais, técnicas pesqueiras e culinárias tradicionais;*
- *Fomentar cozinhas comunitárias envolvendo juventude e mulheres na promoção dos saberes e sabores da pesca artesanal.*

EIXO 3 – GESTÃO PARTICIPATIVA E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Participação e Representatividade

- *Ampliar a presença das mulheres em espaços de decisão, através da criação e fortalecimento de associações e coletivos, assegurando participação em conselhos e órgãos de gestão pesqueira;*
- *Instituir mecanismos de participação paritária obrigatória para mulheres nos conselhos de pesca e em projetos de gestão pesqueira;*
- *Garantir paridade de participação das mulheres ligadas às comunidades pesqueiras em espaços de tomada de decisão sobre territórios tradicionais.*

Fortalecimento Organizacional

- *Apoiar a criação e fortalecimento de coletivos e associações de mulheres pesqueiras, garantindo representatividade em conselhos de gestão e nas decisões políticas locais e estaduais.*
- *Realizar encontros regionais e nacionais que fortaleçam a autoafirmação, incentivem a organização coletiva e a construção de identidade profissional das mulheres pescadoras.*





EIXO 4 – DEFESA E RECONHECIMENTO DOS TERRITÓRIOS

Direitos Territoriais

- *Garantir o direito ao consentimento e consulta livre, prévia e informada, nos moldes preconizados pela Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho, para empreendimentos em territórios tradicionais, com atenção especial às especificidades das mulheres pescadoras;*
- *Garantir o direito, reconhecimento e valorização da mulher pescadora artesanal nos processos de regularização fundiária e acesso à previdência (INSS) e registro profissional (RGP);*
- *Reconhecer as especificidades territoriais das mulheres pescadoras e valorizar o conhecimento tradicional feminino sobre os territórios pesqueiros.*

Proteção Ambiental dos Territórios

- *Garantir que futuros projetos urbanos respeitem o código florestal e que as comunidades pesqueiras artesanais sejam consultadas de forma participativa desde o planejamento, implementando políticas de compensação ambiental destinadas aos territórios pesqueiros afetados;*
- *Preservar os manguezais e incentivar educação ambiental nas escolas, reconhecendo o papel das mulheres na conservação destes ecossistemas.*

EIXO 5 – CULTURA, IDENTIDADE E COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Identidade e Valorização Cultural

- *Incentivar e fortalecer as mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal, garantindo diversidade étnico-racial;*
- *Incentivar a criação de programas visando atender a identidade de gênero (ODS 5), priorizando as mulheres da pesca;*
- *Valorizar a identidade de mulheres das comunidades pesqueiras como subsídio para políticas públicas;*
- *Fortalecer políticas públicas para que mulheres pescadoras sejam mais valorizadas e respeitadas como trabalhadoras da pesca e cidadãs.*

Combate à Violência e Discriminação

- *Desenvolver ações e campanhas de sensibilização que combatam a violência institucional e os estereótipos de gênero, promovendo respeito e igualdade de direitos;*
- *Desenvolver material educativo (cartilhas, vídeos) sobre direitos das mulheres na pesca, visando combater estereótipos e a violência de gênero;*
- *Estabelecer centros de apoio com serviços jurídicos e de saúde mental especializados para auxiliar as mulheres em casos de violência ou discriminação;*
- *Realizar campanhas de mídia e educação para valorizar a identidade das mulheres nas comunidades pesqueiras.*

EIXO 6 – SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

Saúde Ginecológica e Reprodutiva

- *Criar estratégia de cuidado em saúde ginecológica voltada para mulheres marisqueiras, considerando seus saberes, territórios e as condições específicas de trabalho em contato prolongado com água salgada;*
- *Garantir atenção integral à saúde ginecológica das mulheres marisqueiras que passam horas em contato direto com água salgada;*
- *Realizar campanhas de saúde feminina específicas para as mulheres que atuam na pesca, considerando suas particularidades ocupacionais;*

Direitos Trabalhistas e Previdenciários

- *Garantir registro formal das mulheres no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) como profissionais, ampliando acesso a benefícios previdenciários (como Seguro Defeso) e protegendo identidade trabalhista;*
- *Reconhecer os direitos trabalhistas e previdenciários e documentação para mulheres pescadoras artesanais;*
- *Reconhecer como atividade pesqueira o trabalho de beneficiamento do pescado feito pelas mulheres;*
- *Criar seguro defeso direcionado especificamente para mulheres pescadoras marisqueiras;*
- *Criar auxílio para marisqueiras em períodos impedidos por fenômenos ambientais;*
- *Garantir bolsa família para mulheres pescadoras em período gestacional, estendendo 6 meses após nascimento;*
- *Garantir salário maternidade e SDPA quando coincida nascimento com período de defeso.*

Capacitação e Empoderamento

- *Promover cursos, oficinas e treinamentos específicos que desenvolvam competências técnicas, de gestão e liderança, voltados para cadeia produtiva da pesca e beneficiamento;*
- *Oferecer cursos de Boas Práticas de Manipulação do Pescado para comunidades tradicionais, com foco nas mulheres;*
- *Criar Programa de valorização e inclusão das mulheres no sistema produtivo da pesca;*

Pesquisa e Monitoramento

- *Implantar sistema de coleta e monitoramento de dados sobre condições de trabalho, renda e participação das mulheres no setor pesqueiro;*
- *Criar sistema de monitoramento que compile dados desagregados por gênero sobre as condições de trabalho e renda das mulheres;*
- *Fomentar pesquisas em universidades e institutos para produzir indicadores que subsidiem novas políticas públicas e revisões legislativas com perspectiva de gênero;*
- *Realizar censo nas comunidades pesqueiras artesanais para que o poder público possa levar com eficiência a saúde, assistência e previdência, com recorte de gênero.*

Parcerias Institucionais

- *Firmar convênios com órgãos estaduais, municipais, universidades, ONGs e sindicatos para implementação de políticas de gênero, garantindo recursos financeiros e técnicos;*
- *Buscar apoio de fundos e programas federais e de cooperação internacional voltados à promoção da igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável.*

EIXO 7 – EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, SUSTENTABILIDADE E PESCA ARTESANAL

Vulnerabilidade Diferenciada das Mulheres

- *Considerar os impactos diferenciados das mudanças climáticas sobre as mulheres da pesca artesanal nos planos de adaptação e mitigação;*
- *Desenvolver estratégias de adaptação climática que considerem as especificidades de gênero e a vulnerabilidade diferenciada das marisqueiras;*
- *Garantir proteção especial para mulheres pescadoras durante gestação e maternidade em situações de crise climática.*

Auxílios e Proteção em Emergências

- *Criar auxílios específicos para mulheres durante eventos climáticos extremos, considerando suas responsabilidades familiares e comunitárias;*
- *Criar fundo emergencial específico para auxílio às comunidades tradicionais da pesca artesanal, com atenção às necessidades das mulheres e suas famílias;*
- *Garantir assistência psicológica, sanitária e logística imediata em situação de calamidade, com atenção às necessidades específicas das mulheres pescadoras;*
- *Construir política pública com orçamento para atender com auxílio emergencial às comunidades pesqueiras tradicionais impactadas por eventos climáticos, priorizando mulheres em situação de vulnerabilidade;*
- *Criar seguro específico destinado para pescadoras artesanais voltado para emergências climáticas.*

Planos de Adaptação e Resiliência

- *Propor plano nacional de pesca com abordagem regionalizada de medidas mitigadoras às mudanças climáticas e eventos extremos, incluindo perspectiva de gênero;*
- *Construir Plano de Ação Climática para adaptação e contingência às emergências climáticas nos territórios pesqueiros artesanais, observando especificidades locais e de gênero;*
- *Gerar Planos de Adaptação Regionais e Locais nos territórios dos Povos da Pesca Artesanal para enfrentar os riscos e impactos gerados pelas Mudanças Climáticas, com participação ativa das mulheres;*
- *Realizar estudos regionais e locais para identificar e dimensionar as formas de vulnerabilidade socioambiental das mulheres pescadoras frente aos riscos das mudanças climáticas.*

Participação e Gestão Participativa

- *Fomentar monitoramento participativo relativo aos impactos climáticos nos territórios tradicionais, com participação ativa das mulheres pescadoras nas instâncias deliberativas;*
- *Garantir participação de mulheres de todas as idades nos debates sobre políticas climáticas e gestão territorial;*
- *Criar e ampliar espaços com participação das pescadoras artesanais para discutir demandas relacionadas às mudanças climáticas (comitês e observatórios);*
- *Priorizar conhecimentos tradicionais das mulheres para adoção de medidas preventivas e ajustes necessários frente às mudanças climáticas.*

Financiamento Climático

- *Criar Fundo de Enfrentamento às Emergências Climáticas para os Povos da Pesca Artesanal, com linha específica para projetos liderados por mulheres;*
- *Ampliar e utilizar financiamentos relacionados às mudanças climáticas para ações que envolvam desenvolvimento da pesca artesanal com foco em mulheres;*

- *Garantir acesso das mulheres pescadoras a crédito emergencial com subsídio sem juros em situações de eventos climáticos extremos;*

- *Assegurar que recursos financeiros de compensações ambientais sejam direcionados às organizações de mulheres pescadoras.*

Sustentabilidade e Conservação

- *Promover práticas de pesca sustentável aliadas à gestão integrada dos recursos, reconhecendo o papel das mulheres na conservação;*

- *Estabelecer projetos de reflorestamento e recuperação de áreas impactadas pelas mudanças climáticas, com participação ativa das mulheres das comunidades pesqueiras;*

- *Fomentar pesquisas e criar mecanismos de conservação de espécies pesqueiras nativas, valorizando o conhecimento tradicional das mulheres pescadoras;*

- *Executar cursos de educação ambiental nas comunidades pesqueiras sobre mudanças climáticas, com atenção às mulheres como multiplicadoras de conhecimento.*

Monitoramento e Pesquisa

- *Fomentar Sistema de Monitoramento Comunitário com participação ativa das mulheres para acompanhar o ciclo das águas e antecipar eventos climáticos extremos;*

- *Propor parceria de cooperação técnica com instituições de pesquisa para identificação dos impactos das mudanças climáticas com recorte de gênero;*

- *Fomentar estudos sobre potenciais impactos de empreendimentos que agravam impactos climáticos, com atenção aos efeitos diferenciados sobre as mulheres.*









5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersecção entre gênero, clima e sustentabilidade é fundamental para garantir que as políticas públicas sejam efetivas e justas. As mulheres da pesca artesanal não apenas sofrem os impactos das mudanças climáticas, mas também são protagonistas na construção de soluções baseadas em conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis.

A implementação destas propostas requer articulação interministerial, envolvendo o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério das Mulheres, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Agrária, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, entre outros, além de parcerias com estados, municípios, universidades e organizações da sociedade civil.

Estas propostas devem ser consideradas prioritárias, no contexto da preparação do Brasil para sediar a COP30 e o que vai vir – enquanto desafios a serem resolvidos pelo Estado brasileiro – depois desta COP 30, demonstrando o compromisso nacional com a justiça climática e ambiental, a equidade de gênero e a valorização dos povos e comunidades tradicionais, especialmente das mulheres pescadoras artesanais.

Além dos aspectos elencados, isso também se coaduna com a necessidade premente de maiores investimentos financeiros para o Programa Povos das Pesca Artesanal, visto que as suas ações, iniciativas e políticas públicas vão ao encontro do que desejam as mulheres das águas para si, suas famílias e seus territórios. Ademais, o reconhecimento oficial dos territórios tradicionais da pesca artesanal é fundamental, visto que se trata de uma comunidade tradicional que não possui marcos oficiais/legais para terem direito aos seus territórios, distintamente do que acontece com as comunidades quilombolas e os povos indígenas, por exemplo. Fato esse, que é parte essencial para os processos de mitigação e de adaptação às emergências climáticas.

Não há dúvida de que o futuro dos biomas brasileiros estão entrelaçados com os destinos das mulheres das águas e a valorização que o Estado e a sociedade brasileira irão conferir a ambos. Por conta disso, é impossível construir a justiça climática, por meio também de processos de mitigação e adaptação às mudanças e emergências climáticas, sem que isso seja sinônimo de justiça socioambiental para as mulheres dos povos da pesca artesanal.

POVOS DA PESCA ARTESANAL

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

GOVERNO DO BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO